



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Cremer S.A.

31 de Dezembro de 2018

Com parecer dos auditores independentes

Conteúdo

Comentário da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	5
Balanços patrimoniais	11
Demonstrações do resultado	12
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

COMENTÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desenvolvimento do Ano

2018 foi um ano de muitos desafios e conquistas para Cremer S.A., divulgamos no segundo trimestre a efetivação da nova controladora da Cremer, a CM Hospitalar S.A., com o objetivo de trazer novas sinergias e oportunidades no mercado da saúde brasileiro. Também no segundo trimestre demos as boas-vindas ao novo CEO da Cremer – e também da Mafra Hospitalar - Leonardo Byrro, que voltou ao mercado da saúde com o desafio de integrar as operações da CM Hospitalar e da Cremer, além de liderar o novo ciclo de crescimento. Em novembro convocamos a assembleia geral extraordinária (AGE) que deliberou o resgate compulsório de até a totalidade das ações ordinárias remanescentes em circulação da Cremer. Após o leilão, formulado pela CM Hospitalar S.A, devido a alienação de controle, concluímos em 22 de novembro o cancelamento de registro da Cremer de companhia aberta (“OPA”) na B3;

No ano priorizamos a estruturação e sinergia entre as empresas, buscando parcerias estratégicas e otimização do negócio, também focamos mais uma vez na geração de caixa para reduzir nossa alavancagem financeira. Nossa dívida líquida reduziu de R\$ 178,8 milhões ao final de 2017 para R\$ 172,4 milhões ao final de 2018, ou seja, geramos R\$ 6,4 milhões de caixa livre no ano, e nossa alavancagem chegou a 2,74x o LTM EBITDA. Em 2019, continuaremos a executar nossa estratégia com disciplina no novo ciclo de crescimento, na gestão da sinergia entre as empresas e redução dos custos e despesas, focados principalmente em retomar o crescimento de vendas nos segmentos Hospitalar e Consumo. Para 2019, teremos como destaque as seguintes ações: (i) integração de sistemas, (ii) aumento portfólio e disponibilidade de produtos (iii) inovação nos canais de distribuição, avançando no modelo de relacionamento com os Hospitais e (iv) geração de caixa.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Thayan Nascimento Hartmann - Presidente

Membros:

José Eduardo Ribeiro Guinle

Leonardo Almeida Byrro

DIRETORIA

Leonardo Almeida Byrro

Leonardo Almeida Byrro - Interino

André Augusto Spicciati Pacheco

Marcelo Jorge Fernandez

Leonardo Almeida Byrro - Interino

Diretor Presidente

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Diretor de Marketing e Novos Negócios

Diretor Industrial

Diretor de Recursos Humanos

CONTADOR

Guilherme Fonseca Goulart

CRC 1SP – 217101/O-8



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas Conselheiros e Administradores da
Cremer S.A.
Blumenau – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cremer S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cremer S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização dos impostos diferidos ativos	
Consulte as notas explicativas 3.14 e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos foram constituídos sobre prejuízos fiscais acumulados e diferenças temporárias. A realização dos ativos fiscais diferidos depende do período em que as diferenças temporárias irão se reverter e da geração de lucros tributáveis futuros. Os lucros tributáveis futuros são estimados pela Companhia com base em premissas tais como, crescimento da receita e aumento das margens de lucros, que envolvem julgamento. Em função da contabilização dos impostos diferidos exigir julgamento relevante e o impacto que eventuais alterações nas premissas poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as projeções de lucros tributáveis elaboradas pela Companhia.</p> <p>Nossa avaliação levou em consideração principalmente se o estudo foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas, se as premissas utilizadas no estudo são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado, bem como qual a origem das premissas macroeconômicas utilizadas, a fim de verificar a sua razoabilidade, especialmente as relativas ao crescimento da receita e às margens de lucro. Adicionalmente, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão adequadas.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os referidos Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Teste do valor recuperável dos ativos intangíveis - (Ágio, Fundo de Comércio e Marca)	
Consulte as notas explicativas 3.10 e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui montantes significativos de ativos intangíveis em decorrência de aquisições realizadas, os quais possuem vida útil indefinida e estão sujeitos ao teste do valor recuperável anual. A avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis envolve incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas utilizadas para apurar os fluxos caixa futuros e seu desconto a valor presente, o qual é base para a avaliação do valor recuperável, principalmente no que diz respeito às premissas como, crescimento da receita, às margens de lucro e taxas de desconto.</p> <p>Devido à relevância do valor dos ativos intangíveis, ao julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e dos possíveis impactos que poderiam afetar o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na elaboração dos estudos que suportam as análises de recuperabilidade, especialmente as relativas ao crescimento da receita, às margens de lucro e taxas de desconto. Comparamos as premissas da Companhia com dados obtidos de fontes externas, como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e taxas de desconto, e realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas.</p> <p>Comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados com o valor dos ativos para fins de avaliação da recuperação. Adicionalmente, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão adequadas.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os referidos ativos intangíveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está,



de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 27 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Marcelo Lima Tonini
Contador CRC PR-045569/O-4 T-SC

CREMER S.A E CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017.
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes a caixa	4	162.460	102.914	196.911	125.152
Contas a receber de clientes	5	94.612	120.846	86.109	107.760
Estoques	6	108.470	88.027	116.722	97.398
Tributos a recuperar	7	23.173	13.391	27.424	17.490
Créditos diversos		1.388	2.886	1.676	3.418
Dividendos a receber	9	11.849	136	-	-
Valores a receber derivativos		212	204	212	204
Despesas antecipadas		1.311	1.179	1.478	1.298
Imóveis destinados a venda	8	-	-	25.894	41.491
Total do ativo circulante		403.475	329.583	456.426	394.211
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	5	193	317	193	317
Impostos diferidos	11	37.558	38.660	37.268	39.400
Tributos a recuperar	7	5.730	11.781	10.260	16.702
Depósitos judiciais	17	5.192	5.537	5.552	6.019
Outras contas a receber		2.759	3.749	2.992	3.980
		51.432	60.044	56.265	66.418
Investimentos	9	165.090	171.324	-	-
Imobilizado	12	67.896	62.826	87.327	83.643
Intangível	13	66.351	60.294	133.065	127.290
Total do ativo não circulante		350.769	354.488	276.657	277.351
TOTAL DO ATIVO		754.244	684.071	733.083	671.562
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE					
Fornecedores	15	149.789	147.788	90.478	90.863
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	165.345	146.437	165.345	146.437
Salários e encargos		5.693	6.092	6.350	7.159
Provisão 13º salário e férias		8.307	8.274	9.302	10.068
Obrigações fiscais		4.193	6.734	4.515	7.927
Juros sobre capital próprio e dividendos	18 b.	3.758	7.219	3.758	7.219
Provisões diversas		5.172	11.065	5.571	11.607
Contas a pagar por operações de "confirming"	16	5.666	8.314	7.311	8.625
Adiantamento recebido por venda de imóveis	8	-	-	25.000	25.000
Outras obrigações		6.404	6.268	6.696	6.540
Total do passivo circulante		354.327	348.191	324.326	321.445
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	203.942	157.492	203.942	157.492
Obrigações fiscais		-	-	1.404	1.567
Impostos diferidos	11.b	-	-	7.162	11.913
Provisões para contingências	17	11.515	10.026	11.788	10.656
Outras obrigações		6	6	7	133
Total do passivo não circulante		215.463	167.524	224.303	181.761
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	18	116.580	103.621	116.580	103.621
Reservas de capital		-	2.038	-	2.038
Reservas de lucros		51.414	36.481	51.414	36.481
Ajuste de avaliação patrimonial		16.460	26.216	16.460	26.216
Total do patrimônio líquido		184.454	168.356	184.454	168.356
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		754.244	684.071	733.083	671.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CREMER S.A E CONTROLADAS
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	21	717.574	690.703	691.249	652.407
Custo dos produtos vendidos	22	(531.209)	(512.440)	(492.827)	(450.065)
Lucro Bruto		<u>186.365</u>	<u>178.263</u>	<u>198.422</u>	<u>202.342</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	22	(106.034)	(95.626)	(106.455)	(96.152)
Gerais e administrativas	22	(38.879)	(41.543)	(41.408)	(43.180)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(4.011)	(3.452)	(5.265)	(3.753)
Resultado de equivalência patrimonial	9	7.349	14.246	-	-
		<u>(141.575)</u>	<u>(126.375)</u>	<u>(153.128)</u>	<u>(143.085)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>44.790</u>	<u>51.888</u>	<u>45.294</u>	<u>59.257</u>
Receitas financeiras	23	28.880	9.576	30.723	11.120
Despesas financeiras	23	(58.141)	(50.147)	(60.852)	(52.182)
Resultado financeiro líquido		<u>(29.261)</u>	<u>(40.571)</u>	<u>(30.129)</u>	<u>(41.062)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>15.529</u>	<u>11.317</u>	<u>15.165</u>	<u>18.195</u>
Imposto de renda e contrib.social correntes	11	(3.139)	(987)	(6.496)	(6.067)
Imposto de renda e contrib.social diferidos	11	(1.088)	4.038	2.633	2.240
Lucro líquido do exercício		<u>11.302</u>	<u>14.368</u>	<u>11.302</u>	<u>14.368</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido consolidado do período	11.302	14.368	11.302	14.368
Resultado abrangente consolidado do período	11.302	14.368	11.302	14.368
Atribuído a:				
Acionistas controladores da Companhia	11.302	14.368	11.302	14.368

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CREMER S.A E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora e Consolidado								
		Reservas de Capital			Reservas de lucros					
		Capital Social	Transações de Capital	Plano de opções de compra de ações	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ações em tesouraria	Ajuste avaliação Patrimonial	Lucros e prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		95.227	(757)	4.191	4.783	21.139	-	27.963	-	152.546
Aumento de capital com exercício das opções de compra de ações		5.012	-	(5.012)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital com exercício das opções (em dinheiro) de compra de ações		3.382	-	-	-	-	-	-	-	3.382
Constituição reserva de opções compra de ações		-	-	2.859	-	-	-	-	-	2.859
Realização ajuste avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	(1.747)	1.747	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	14.368	14.368
Proposta para destinação do lucro líquido do exercício:										
Juros sobre capital próprio bruto		-	-	-	-	-	-	-	(4.203)	(4.203)
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(596)	(596)
Transferência para reserva de lucros		-	757	-	718	9.841	-	-	(11.316)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		103.621	-	2.038	5.501	30.980	-	26.216	-	168.356
Adoção inicial CPC 47		-	-	-	-	-	-	-	(1.475)	(1.475)
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018		103.621	-	2.038	5.501	30.980	-	26.216	(1.475)	166.881
Aumento de capital com exercício das opções de compra de ações	20 a.	7.937	-	(7.937)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital com exercício das opções (em dinheiro) de compra de ações	20 a.	5.022	-	-	-	-	-	-	-	5.022
Constituição reserva de opções compra de ações		-	-	5.899	-	-	-	-	-	5.899
Realização ajuste avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	(9.756)	9.756	-
Recompra de ações	18 a.	-	-	-	-	-	892	-	-	-
Cancelamento de ações	18 a.	-	-	-	-	-	(892)	-	(892)	(892)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	11.302	11.302
Proposta para destinação do lucro líquido do exercício:										
Dividendos	18 b.	-	-	-	-	-	-	-	(3.758)	(3.758)
Transferência para reserva de lucros		-	-	-	565	14.368	-	-	(14.933)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		116.580	-	-	6.066	45.348	-	16.460	-	184.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CREMER S.A E CONTROLADAS
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017.
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		11.302	14.368	11.302	14.368
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício (prejuízo) com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	12 e 13	15.779	14.294	17.864	16.551
Custo das vendas/baixas de investimentos, imobilizado e intangível		185	94	177	102
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5 d.	1.166	2.552	1.166	2.552
Resultado da equivalência patrimonial	9	(7.349)	(14.246)	-	-
Constituição / Reversão de provisões		1.194	(246)	650	(123)
Provisão de participações		(5.768)	3.545	(5.778)	3.511
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	20	5.899	2.859	5.899	2.859
Imposto de renda e contribuição social diferido	11 c.	1.088	(4.038)	(2.633)	(2.240)
(Aumento) redução nas contas do ativo:					
Contas a receber de clientes		6.224	11.829	1.641	12.886
Estoques		(6.267)	(324)	(5.148)	1.303
Créditos diversos		308	1.027	16.324	827
Ativos não circulantes		1.334	422	1.456	376
Aumento (redução) nas contas do passivo:					
Fornecedores		2.001	17.175	(385)	1.798
Obrigações fiscais		(2.526)	2.696	(3.559)	1.856
Obrigações trabalhistas		(366)	232	(1.576)	765
Outras contas a pagar		(2.528)	(14.729)	(1.285)	8.924
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>21.676</u>	<u>37.510</u>	<u>36.115</u>	<u>66.315</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de ativo imobilizado	12 a.	(15.719)	(7.047)	(16.146)	(8.239)
Aquisição de intangível	13 a.	(11.340)	(402)	(11.354)	(403)
Dividendos recebidos de controladas	9	1.839	9.804	-	-
Juros sobre capital próprio/dividendos recebidos		-	173	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		<u>(25.220)</u>	<u>2.528</u>	<u>(27.500)</u>	<u>(8.642)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital	20	5.022	3.382	5.022	3.382
Debêntures emitidas	14 b.	-	80.000	-	80.000
Debêntures pagas	14 b.	(72.000)	(115.000)	(72.000)	(115.000)
Novos empréstimos	14 b.	213.579	70.487	213.579	70.487
Pagamentos de empréstimos	14 b.	(77.623)	(41.102)	(77.623)	(41.102)
Encargos financeiros e variações monetárias	14 b.	2.223	7.482	2.277	7.503
Recuperação de ações	18 a.	(892)	-	(892)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		(7.219)	-	(7.219)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>63.090</u>	<u>5.249</u>	<u>63.144</u>	<u>5.270</u>
AUMENTO DOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		59.546	45.287	71.759	62.943
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício		<u>102.914</u>	<u>57.627</u>	<u>125.152</u>	<u>62.209</u>
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício		<u>162.460</u>	<u>102.914</u>	<u>196.911</u>	<u>125.152</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CREMER S.A.

Notas explicativas as Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

1. Contexto operacional

A Cremer S.A. (“Cremer” ou “Companhia”) é uma Companhia fechada com sede na Rua Iguaçu, 291/363, Blumenau - SC, Brasil, sendo fornecedora de produtos para cuidados com a saúde nas áreas de primeiros socorros, cirurgia, tratamento e higiene. O Grupo Cremer conta com operações fabris em Blumenau (de produtos têxteis, de adesivos e de plásticos), em São Paulo e em Minas Gerais (de produtos plásticos) e cinco Centros de Distribuição em diferentes estados do Brasil.

A Companhia encerrou suas ações negociadas na B3 sob o código “CREM3” em 22 novembro de 2018.

Reestruturação Societária

A Cremer S.A. divulgou fato relevante em 27 novembro de 2017, onde foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações de emissão da Companhia (“Contrato”) entre Tambaqui Fundo de Investimento em Participações com CM Hospitalar S.A..

Em 04 de abril de 2018 foi concluída a operação de compra e venda de ações de emissão da Cremer entre Tambaqui FIP, fundo sob gestão discricionária da Tarpon Gestora de Recursos S.A. e a CM Hospitalar S.A., sociedade pertencente ao Grupo Mafra, referente à alienação da totalidade da participação societária detida pelo Tambaqui FIP, correspondente a 88,52% do capital social da Cremer, e a consequente alienação de seu controle.

O preço pago correspondeu ao valor total de R\$ 506,7 milhões ou R\$ 17,85 por ação. Do preço de aquisição, o montante R\$ 159,2 milhões, ou R\$ 5,61 por ação, permanecerá retido pela CM Hospitalar, a fim de garantir obrigações de indenização assumidas pelo vendedor no âmbito do Contrato.

Em 18 de outubro de 2018 a realização na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) do leilão da OPA onde a CM Hospitalar S.A. adquiriu 3.615.649 (três milhões, seiscentos e quinze mil, seiscentos e quarenta e nove) ações ordinárias de emissão da Cremer S.A. representativas de aproximadamente 11,27% do seu capital social. Nesse sentido, após a liquidação das aquisições realizadas no dia 23 de outubro, a CM Hospitalar S.A. passou a deter 32.010.060 (trinta e dois milhões, dez mil e sessenta) ações ordinárias de emissão da Cremer S.A., representativas de aproximadamente 99,79% do seu capital social.

Em novembro foi convocada uma assembleia geral extraordinária (AGE) que deliberou o resgate compulsório de até a totalidade das ações ordinárias remanescentes em circulação da Cremer, após o leilão, formulado pela CM Hospitalar S.A, devido a alienação de controle, concluímos em 22 de novembro o cancelamento de registro da Cremer de companhia aberta (“OPA”) na B3;

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo.

d. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo as praticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercício futuros afetados.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- (i) perda por redução ao valor recuperável de contas a receber;
- (ii) provisão para perda de estoques;
- (iii) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados;
- (iv) valor recuperável dos ativos intangíveis;
- (v) valor recuperável dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;

- (vi) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto com a assessoria jurídica da Companhia e suas controladas;
- (vii) mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, os quais não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas também não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído a reversão de receita faturada em 2018 que ainda não satisfaz todos os critérios de reconhecimento de receita estabelecida pela norma.

CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Empresa adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa. O impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 sobre lucros acumulados e em 1º de janeiro de 2018 foi de R\$ 1.475

A tabela a seguir resume os impactos da adoção do CPC 47 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018. Não houve impacto material na demonstração do resultado e dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo a 31 de dezembro de 2018. No fluxo de caixa apresentado não contempla o ajuste do CPC 47.

31 de dezembro de 2018

Em Reais	Controladora			Consolidado		
	Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem a adoção do CPC 47	Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem a adoção do CPC 47
	(1)	(2)	(1)+(2)	(1)	(2)	(1)+(2)
Ativo						
Contas a receber de clientes	94.612	18.969	113.581	86.109	18.969	105.078
Estoques	108.470	(14.036)	94.434	116.722	(14.036)	102.686
Impostos a recuperar	23.173	(2.659)	20.514	27.424	(2.659)	24.765
Outros ativos	527.989	-	527.989	502.828	-	502.828
Total do Ativo	754.244	2.274	756.518	733.083	2.274	735.357
Passivo						
Provisões diversas	5.172	(799)	5.971	5.571	(799)	6.370
Outros passivos	564.618	-	564.618	543.058	-	543.058
Total do passivo	569.790	(799)	570.589	548.629	(799)	549.428
Patrimônio líquido	184.454	1.475	185.929	184.454	1.475	185.929
Total do passivo e patrimônio líquido	754.244		756.518	733.083		735.357

3.1. Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas são compostas pelas Demonstrações Financeiras da Cremer S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, apresentadas abaixo:

Razão Social	País Sede	% participação			
		31/12/2018		31/12/2017	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Cremer Administradora de Bens Ltda	Brasil	95,27%	4,73%	95,27%	4,73%
Embramed Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda	Brasil	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%

As controladas são consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.
- Todos os saldos intragrupo, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.
- Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.

- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
- Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

3.2. Conversão de moeda estrangeira

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

3.3 Instrumentos Financeiros

(Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente:

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, A Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e de suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercício anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio em compromissos firmes, como hedge de fluxo de caixa. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento.

A nota explicativa 25 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.5. Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes são registradas com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia.

3.6. Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade produtiva. As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas sempre que identificados. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. A abertura das principais contas dessa rubrica está demonstrada na nota explicativa 6.

3.7. Investimento em controladas

O investimento da Companhia em controladas é registrado, para efeito de Demonstrações Financeiras da Controladora, com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas é registrado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária no resultado das controladas é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada.

3.8 Imóveis destinados a venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

3.9 Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, quando aplicável, deduzido depreciação, a qual é calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota explicativa 12. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O CPC 16 exige que as peças de reposição, a serem utilizadas nos reparos das máquinas e equipamentos, sejam classificadas dentro do grupo do imobilizado. A Companhia mantém em estoque somente as peças de reposição de valores pequenos e que são registradas no resultado no momento de sua utilização porque não alteram a vida útil ou capacidade do equipamento. As peças de manutenção que atendem os critérios para contabilização como ativo imobilizado, são geralmente adquiridas e registradas quando da sua efetiva utilização.

3.10. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O exercício e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

3.11. Impairment de ativos não financeiros

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo do imobilizado e intangível para verificação de possíveis reduções em seu valor de recuperação consideradas permanentes, no mínimo anualmente e sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Durante o exercício de 2018, a Administração da Companhia não identificou perda substancial econômica do valor recuperável de seus ativos imobilizado e intangível.

3.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação “legal” ou “não formalizada”, presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para contingências é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis e atualizadas até as datas dos balanços, e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na nota explicativa 17.

3.13. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

- Identificar o contrato com o cliente
- Identificar as obrigações de desempenho no contrato
- Determinar o preço das transações
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
- Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre a controladora e controladas.

3.14. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis.

O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa 11.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.15. Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii) Participação nos lucros e resultados

A provisão que contempla o programa de participação dos empregados nos resultados e é contabilizada conforme o regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia.

3.16. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não irão dotar estas normas de forma antecipada.

(i) CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- a Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI;
- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial; e
- a Companhia está avaliando a forma mais apropriada para considerar o impacto fiscal de PIS e COFINS na mensuração do passivo.

A norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o

ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(a) Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendatária

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações da fábrica, Centros de Distribuição e equipamentos industriais. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá obrigações de arrendamento no valor aproximado de R\$ 90.000 a R\$ 98.000 em 1º de janeiro de 2019.

(b) Transição

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e a ICPC 03.

Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

4. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia possui valores em caixa, conta corrente e aplicações financeiras em renda fixa de resgate imediato, sendo a remuneração entre 95,00% e 100,50% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (96,00% e 101,10% em 31 de dezembro de 2017).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	3.418	8.736	3.590	8.895
Aplicações financeiras	159.042	94.178	193.321	116.257
Total	162.460	102.914	196.911	125.152

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia tem procedimentos definidos de investimentos financeiros, que determinam em quais instituições e qual o valor máximo de aplicação podem ser realizados por instituição.

5. Contas a receber de clientes

a. Composição do contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Clientes no país	86.850	114.809	88.226	115.752
Clientes no exterior	3.995	2.814	3.995	2.814
Partes Relacionadas (Nota 10)	15.153	13.567	5.736	-
Provisão para perdas de créditos esperados	(11.193)	(10.027)	(11.655)	(10.489)
Total	94.805	121.163	86.302	108.077
Circulante	94.612	120.846	86.109	107.760
Não Circulante	193	317	193	317

b. A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	85.281	108.454	76.777	95.588
Vencidos há 30 dias	5.358	7.449	5.359	7.656
Vencidos de 31 a 60 dias	1.470	1.546	1.470	1.550
Vencidos de 61 a 90 dias	1.199	1.678	1.199	1.673
Vencidos de 91 a 180 dias	1.497	2.036	1.497	1.610
Vencidos há mais de 180 dias	11.193	10.027	11.655	10.489
	<u>105.998</u>	<u>131.190</u>	<u>97.957</u>	<u>118.566</u>
Provisão para perdas de créditos esperados	(11.193)	(10.027)	(11.655)	(10.489)
Total	<u>94.805</u>	<u>121.163</u>	<u>86.302</u>	<u>108.077</u>

c. As contas a receber de clientes da Cremer S.A. e suas controladas são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Reais	102.003	128.376	93.962	115.752
Dólares (*)	3.995	2.814	3.995	2.814
Total	<u>105.998</u>	<u>131.190</u>	<u>97.957</u>	<u>118.566</u>

(*) Convertidos para Reais a uma taxa de R\$ 3,8748

d. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	10.027	7.475	10.489	7.937
Constituição	3.269	3.462	3.269	3.462
Reversão	(2.103)	(910)	(2.103)	(910)
Saldo no final do exercício	<u>11.193</u>	<u>10.027</u>	<u>11.655</u>	<u>10.489</u>

A despesa com a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa esta totalmente reconhecida no resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

e. Garantias

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía R\$ 43.250 de contas a receber dados em garantia de empréstimos e financiamentos (em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía R\$ 33.500). Conforme nota explicativa 14.

6. Estoques

a. Composição dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mercadorias para revenda	50.627	35.235	50.627	35.235
Produtos acabados	21.349	20.842	21.200	21.635
Produtos em elaboração	13.466	10.658	15.785	13.930
Matéria prima	15.160	14.763	19.946	18.765
Material de embalagem	4.065	3.533	5.139	4.679
Outros materiais	4.654	3.987	4.876	4.145
Provisão para perdas com estoque	(851)	(991)	(851)	(991)
Total	<u>108.470</u>	<u>88.027</u>	<u>116.722</u>	<u>97.398</u>

b. Provisão para perdas com estoques

A Companhia constitui provisão para perdas com estoques levando em consideração o menor valor entre o valor líquido de custo e o valor recuperável. A despesa com a constituição da provisão para perda dos estoques foi registrada na rubrica “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do estoque.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	991	268	991	308
Constituições	3.009	3.072	3.091	3.322
Reversão	(3.149)	(2.349)	(3.231)	(2.639)
Saldo no final do exercício	<u>851</u>	<u>991</u>	<u>851</u>	<u>991</u>

c. Garantias

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possui estoque dados em garantia de empréstimos e financiamentos (em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía R\$ 1.162 de estoque de algodão em garantia).

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ICMS (a)	20.417	18.844	27.156	25.441
Imposto de renda e contribuição social (b)	3.647	3.018	3.948	3.184
IPI	1.757	1.811	3.277	3.847
INSS	-	109	-	109
PIS/COFINS	3.082	1.390	3.303	1.611
Total	<u>28.903</u>	<u>25.172</u>	<u>37.684</u>	<u>34.192</u>
Circulante	23.173	13.391	27.424	17.490
Não circulante	5.730	11.781	10.260	16.702

- a.** Refere-se, a créditos de ICMS gerados pelas compras de insumos, materiais e transferências entre filiais e ICMS na aquisição de imobilizado o qual está sendo aproveitado à razão de 1/48 avos.
- b.** Refere-se ao imposto de renda na fonte sobre aplicações financeiras, antecipação de imposto de renda e contribuição social correntes e retenção de impostos em venda a órgãos públicos.

8. Imóveis destinados a venda

A Controlada Cremer Administradora de Bens Ltda. assinou um acordo de intenção de compra e venda de terrenos e edificações em 06 de março de 2017, os quais foram reclassificados para a conta de imóveis destinados a venda, pois sua realização deverá ser efetivada assim que forem atendidas determinadas condições precedentes do contrato entre as partes. Até o momento a Controlada Cremer Administradora de Bens Ltda., recebeu R\$ 25.000 a título de adiantamento referente a esse acordo, os quais estão registrados na rubrica contábil Adiantamento recebido por venda de imóveis no passivo circulante consolidado.

9. Investimentos

	31/12/2018		31/12/2017	
	Cremer Adm. de Bens Ltda	Embramed Ind. e Com. de Produtos Hosp. Ltda	Total dos Investimentos	Total dos Investimentos
Participação no capital votante %	95,27%	99,99%		
Informações em 30 de setembro de 2018				
Ativo Circulante	60.809	86.416		
Ativo Não Circulante	3.915	20.005		
Passivo Circulante	38.270	25.669		
Passivo Não Circulante	7.497	1.677		
Patrimônio Líquido	18.958	79.074		
Resultado do exercício	3.172	4.327		
Movimentação dos investimentos				
No início do exercício	28.550	74.788	103.338	99.032
Equivalência Patrimonial	3.022	4.327	7.349	14.246
Dividendos recebidos	(1.703)	-	(1.703)	(9.804)
Dividendos a receber	(11.808)	(41)	(11.849)	(136)
No final do exercício	18.061	79.074	97.135	103.338
Mais valia de ativos na aquisição de investimentos alocados às controladas				
Embramed e Paraisoplex			67.955	67.986
Total			165.090	171.324

10. Partes Relacionadas

a. Saldos e transações com partes relacionadas

	Embramed Ind. e Com. de Prod. Hosp. Ltda		Cremer Administradora de Bens Ltda		CM Hospitalar SA		Health Log		Total	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante										
Cientes	9.417	13.567	-	-	5.736	-	-	-	15.153	13.567
Outros valores a receber	31	-	-	-	-	-	-	-	31	-
Dividendos a receber	-	120	-	16	-	-	-	-	-	136
Passivo Circulante										
Fornecedores	(71.796)	(74.996)	(260)	(260)	-	-	(58)	-	(72.114)	(75.256)
Resultado										
Receitas	52.193	47.891	-	-	40.985	-	-	-	93.178	47.891
Despesas/Custo	(166.110)	(182.541)	(3.120)	(3.173)	-	-	(619)	-	(169.849)	(185.714)

b. Operações comerciais

As transações de compra e venda de insumos, produtos e de aluguel de imóveis são efetuadas nas condições estabelecidas entre as partes.

c. Transações ou relacionamentos com acionistas

O controlador da Companhia, CM Hospitalar, possui 100,00% de participação em 31 de dezembro de 2018.

d. Remuneração do pessoal-chave da Administração - consolidado

As despesas com honorários da Administração, incluindo encargos e remuneração variável totalizaram R\$ 8.170 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 6.071 no mesmo exercício de 2017). O limite aprovado pela assembleia de acionistas para remuneração de administradores no exercício social de 2018 é de R\$ 20.000.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista no Brasil.

11. Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferido ativo

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos foram constituídos sobre prejuízos fiscais acumulados e diferenças temporárias enquanto os passivos foram constituídos sobre os efeitos da contabilização do custo atribuído, da diferença temporária de depreciação calculada pelas taxas fiscais e pela nova vida útil econômica dos ativos e, referentes ao ágio (não amortizado contabilmente, conforme determinação da Lei 11.638/07).

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados conforme demonstrado abaixo (a controlada Cremer Administradora de Bens Ltda., possui apenas tributos diferidos passivos os quais são demonstrados na nota 11.b):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo:				
Prejuízos fiscais e base negativa	44.385	45.864	44.384	46.713
Diferenças temporárias	10.266	11.559	10.512	11.950
Tributos diferidos ativos	54.651	57.423	54.896	58.663
Passivo:				
Ágio	(6.546)	(6.546)	(6.546)	(6.546)
Vida útil	(8.892)	(9.876)	(9.427)	(10.376)
Custo atribuído	(1.655)	(2.341)	(1.655)	(2.341)
Tributos diferidos passivos	(17.093)	(18.763)	(17.628)	(19.263)
Total tributos diferidos líquidos	37.558	38.660	37.268	39.400

O registro do crédito tributário está suportado por projeções que demonstram que a Companhia apurará lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes considerados suficientes para a realização de tais valores. Tais projeções foram preparadas com base no orçamento do exercício de 2019, elaborado pela Administração da Companhia e apresentado ao Conselho de Administração em reunião realizada 31 de janeiro de 2019. Para elaborar as projeções dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza premissas alinhadas com suas estratégias corporativas, tais como, crescimento da receita e aumento das margens de lucros, no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. De acordo com esse plano de negócios, tais créditos serão realizados até o exercício de 2026.

Periodicamente a Administração reavalia o resultado efetivo desse plano de negócio na geração de lucros tributáveis e, conseqüentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados.

A Administração, com base em suas projeções de resultado, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
2019	3.984	3.957
2020	4.821	4.805
2021	5.931	5.946
2022	6.642	6.731
2023	7.310	7.376
2024	8.328	8.351
2025	9.583	9.658
2026	8.052	8.072
Total	54.651	54.896

b. Imposto de renda e contribuição social diferido passivo

Os impostos diferidos passivos da controladora Cremer S.A. e suas controladas estão apresentados líquidos dos impostos diferidos ativos, conforme demonstrado no tópico (a) acima. A exceção deve-se a controlada

direta Cremer Administradora de Bens Ltda., que não possui imposto diferido ativo em seu balanço individual, desta forma, está apresentando seu imposto diferido no passivo, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Custo Atribuído (<i>Deemed Cost</i>)		
Imposto de renda	5.266	8.760
Contribuição social	1.896	3.153
Total	<u>7.162</u>	<u>11.913</u>

c. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	15.529	11.317	15.166	18.195
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Despesa à alíquota básica	(5.280)	(3.848)	(5.156)	(6.186)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	2.499	4.844	-	-
Plano de opções de ações	(2.006)	(972)	(2.006)	(972)
Juros sobre capital próprio	-	(1.429)	-	(1.429)
Outras adições (exclusões) permanentes	560	4.456	3.299	4.760
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(4.227)</u>	<u>3.051</u>	<u>(3.863)</u>	<u>(3.827)</u>
Alíquota efetiva	27,22%	26,96%	25,47%	-21,03%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.139)	(987)	(6.496)	(6.067)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.088)	4.038	2.633	2.240

12. Imobilizado

a. Movimentação Controladora

CONTROLADORA	MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO						
	Máquinas e acessórios	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos para computação	Em andam./ adto/ benf./em terceiros	Total
Vida útil	11,92	10,83	11,43	11,51	5,22	14,05	
Custo							
Saldo em 1 de janeiro de 2017	91.306	25.636	10.304	1.029	8.987	9.355	146.617
Adições	706	202	83	100	558	5.398	7.047
Alienações / Baixas / Transferências	(710)	10	(28)	(132)	(20)	(174)	(1.054)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	91.302	25.848	10.359	997	9.525	14.579	152.610
Adições	386	30	133	28	1.847	13.295	15.719
Alienações / Baixas / Transferências	1.841	2.451	67	(51)	36	(4.716)	(372)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	93.529	28.329	10.559	974	11.408	23.158	167.957
Depreciação							
Saldo em 1 de janeiro de 2017	(49.092)	(15.327)	(4.846)	(768)	(7.254)	(2.629)	(79.916)
Depreciação no exercício	(6.303)	(2.036)	(903)	(51)	(652)	(883)	(10.828)
Alienações / Baixas	735	85	23	101	16	-	960
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(54.660)	(17.278)	(5.726)	(718)	(7.890)	(3.512)	(89.784)
Depreciação no exercício	(5.881)	(2.213)	(867)	(57)	(697)	(808)	(10.523)
Alienações / Baixas	213	4	1	23	5	0	246
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(60.328)	(19.487)	(6.592)	(752)	(8.582)	(4.320)	(100.061)
Valor contábil líquido							
Em 31 de dezembro de 2017	36.642	8.570	4.633	279	1.635	11.067	62.826
Em 31 de dezembro de 2018	33.201	8.842	3.967	222	2.826	18.838	67.896

b. Movimentação Consolidado

CONSOLIDADO	MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO								
	Terrenos	Máquinas e acessórios	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Edifícios e dependências	Equipamentos para computação	Em anda./ adto/ benf./em terceiros	Total
Vida útil (anos)		13,84	10,88	14,14	11,51		5,19	17,30	
Custo									
Saldo em 1 de janeiro de 2017	16.533	105.742	27.202	13.819	1.174	15.306	9.785	12.552	202.113
Adições	-	960	204	113	100	-	611	6.251	8.239
Alienações / Baixas / Transferências	(12.128)	(517)	17	(51)	(150)	(11.081)	(24)	(339)	(24.273)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.405	106.185	27.423	13.881	1.124	4.225	10.372	18.464	186.079
Adições	-	435	32	143	28	-	1.856	13.652	16.146
Alienações / Baixas / Transferências	-	2.413	2.461	65	(51)	-	37	(5.302)	(377)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.405	109.033	29.916	14.089	1.101	4.225	12.265	26.814	201.848
Depreciação									
Saldo em 1 de janeiro de 2017	-	(55.440)	(16.168)	(6.621)	(913)	(1.065)	(7.848)	(3.070)	(91.125)
Depreciação no exercício	-	(7.215)	(2.137)	(1.153)	(51)	(247)	(751)	(1.106)	(12.660)
Alienações / Baixas / Transferências	-	735	85	45	118	388	20	(42)	1.349
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(61.920)	(18.220)	(7.729)	(846)	(924)	(8.579)	(4.218)	(102.436)
Depreciação no exercício	-	(6.829)	(2.311)	(1.117)	(57)	(217)	(759)	(1.044)	(12.334)
Alienações / Baixas / Transferências	-	214	4	2	24	-	5	-	249
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(68.535)	(20.527)	(8.844)	(879)	(1.141)	(9.333)	(5.262)	(114.521)
Valor contábil líquido									
Em 31 de dezembro de 2017	4.405	44.265	9.203	6.152	278	3.301	1.793	14.246	83.643
Em 31 de dezembro de 2018	4.405	40.498	9.389	5.245	222	3.084	2.932	21.552	87.327

c. Recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza uma análise de recuperabilidade de ativo imobilizado de acordo com o CPC 01- Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou a necessidade de contabilização de provisão para perda de ativo imobilizado (*impairment*).

d. Composição dos bens em garantias de processos judiciais

Estão vinculados, como garantia de processos judiciais (penhora ou hipoteca judicial), bens móveis e imóveis de propriedade da Companhia, no valor do custo contábil, no montante de R\$ 40.848 (R\$ 40.917 em 31 de dezembro de 2017).

13. Intangível

a. Composição da Controladora

CONTROLADORA	MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO							Total
	Ágio na aquisição part. societária	Softwares	Direitos de distribuição	Marca Topz	Fundo de Comércio	Contrato de não competição P. Simon	Contrato de não competição e Outros	
Custo								
Saldo em 1 de janeiro de 2017	19.251	21.781	20.000	16.831	28.985	1.709	2.356	110.913
Adições	-	402	-	-	-	-	-	402
Saldo em 31 de dezembro de 2017	19.251	22.183	20.000	16.831	28.985	1.709	2.356	111.315
Adições	-	515	-	-	-	-	10.825	11.340
Saldo em 31 de dezembro de 2018	19.251	22.698	20.000	16.831	28.985	1.709	13.115	122.589
Amortização								
Saldo em 1 de janeiro de 2017	-	(18.188)	(18.772)	(7.597)	-	(1.139)	(2.017)	(47.713)
Amortização no exercício	-	(1.496)	(1.228)	-	-	(245)	(339)	(3.308)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(19.684)	(20.000)	(7.597)	-	(1.384)	(2.356)	(51.021)
Amortização no exercício	-	(1.121)	-	-	-	(244)	(3.869)	(5.234)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(20.805)	(20.000)	(7.597)	-	(1.628)	(6.208)	(56.238)
Valor contábil líquido								
Em 31 de dezembro de 2017	19.251	2.499	-	9.234	28.985	325	-	60.294
Em 31 de dezembro de 2018	19.251	1.893	-	9.234	28.985	81	6.907	66.351

b. Composição do Consolidado

CONSOLIDADO	MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO							
	Ágio na aquisição part. societária	Softwares	Direitos de distribuição	Marca Topz	Fundo de Comércio	Contrato de não competição P. Simon	Contrato de não competição e Outros	Total
Custo								
Saldo em 1 de janeiro de 2017	150.458	24.085	20.000	16.831	28.985	1.709	3.200	245.268
Adições	-	403	-	-	-	-	-	403
Saldo em 31 de dezembro de 2017	150.458	24.488	20.000	16.831	28.985	1.709	3.200	245.671
Adições	-	529	-	-	-	-	10.825	11.354
Saldo em 31 de dezembro de 2018	150.458	25.017	20.000	16.831	28.985	1.709	13.959	256.959
Amortização								
Saldo em 1 de janeiro de 2017	(64.536)	(19.743)	(18.772)	(7.597)	-	(1.139)	(2.734)	(114.521)
Amortização no exercício	-	(1.922)	(1.228)	-	-	(244)	(466)	(3.860)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(64.536)	(21.665)	(20.000)	(7.597)	-	(1.383)	(3.200)	(118.381)
Amortização no exercício	-	(1.416)	-	-	-	(245)	(3.869)	(5.530)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(64.536)	(23.081)	(20.000)	(7.597)	-	(1.628)	(7.052)	(123.894)
Valor contábil líquido								
Em 31 de dezembro de 2017	85.922	2.823	-	9.234	28.985	326	-	127.290
Saldo em 31 de dezembro de 2018	85.922	1.936	-	9.234	28.985	81	6.907	133.065

As despesas com amortização foram registradas na rubrica “Custos, despesas administrativas e comerciais” na demonstração do resultado do exercício.

c) Ágio na aquisição de participações societárias

O ágio no montante de R\$ 88.054 foi gerado nas aquisições de participações majoritárias das Companhias P.Simon R\$ 19.251, Embramed R\$ 67.750, Paraisoplex R\$ 1.011 e Ktorres R\$ 42.

Os referidos ágios possuem vida útil indefinida, sendo seu fundamento econômico a rentabilidade futura das Companhias, e anualmente são submetidos ao teste de recuperabilidade.

Após a incorporação pela controladora da P. Simon ocorrida no 4º trimestre de 2011, o ágio passou a ser amortizado somente para efeitos fiscais, sendo que foi totalmente para fins de dedução da apuração do imposto de renda e contribuição social, não sendo amortizado contabilmente.

No 2º trimestre de 2013, o valor de R\$ 2.132 foi alocado para o ativo imobilizado e outros intangíveis, como resultado do processo de alocação do preço de compra da aquisição de compra da Embramed e Paraisoplex.

d) Aquisição de ativos da Topz Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda

Em 03 de agosto de 2011 a Cremer S.A. firmou um Instrumento Particular de Compra e Venda de Ativos, Cessão de Direitos e Outras Avenças (“Contrato”) para aquisição dos principais ativos operacionais da Topz Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda., empresa que atua na fabricação e comercialização de produtos de higiene pessoal como cosméticos, algodões, hastes flexíveis, curativos, entre outros, sob as marcas Topz, Salvelox, Salveped, entre outras. Pelos termos do Contrato, a Companhia pagou à Topz o montante de R\$ 72.807 pelos ativos adquiridos, em 31 de agosto de 2011, como segue:

	<u>R\$</u>
Estoque	11.962
Imobilizado	3.316
Marca	16.831
Contrato não competição	9.089
Contrato Warner	2.624
Fundo de comércio	<u>28.985</u>
Total	<u><u>72.807</u></u>

A Companhia registrou no intangível conforme Laudo de Avaliação, elaborado por empresa especializada, nas rubricas Marca Topz, Contrato Warner, Contrato de não competição e Fundo de Comércio, o montante total de R\$ 57.846.

O valor registrado na rubrica Fundo de Comércio possui vida útil indefinida e representa a diferença entre o valor pago pelo conjunto de ativos adquiridos e a somatória dos valores individuais dos ativos, sendo justificada pela sinergia gerada pelo conjunto dos ativos (marcas, contrato de uso de imagem, estoques, ativos imobilizados e contrato de não competição).

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Composição de saldo

	Encargos	Garantias		Controladora e Consolidado	
		Valor	Tipo	31/12/2018	31/12/2017
Circulante:					
Debêntures	CDI + 2,00 a 2,50% a.a.	-	Duplicatas	90.522	95.609
FINEP	4,0% a.a.	-	N/A	-	7.851
BNDES	(TJLP + 1,50% até 2,21% a.a.) (IPCA + 1,50% até 3,41% a.a.) 10,50% - 16,81% a.a.	-	Fiança bancária	2.885	2.797
Crédito Rural	8,00% a 8,60% a.a.	-	N/A	19.967	12.966
ACC	4,78% a.a.	-	N/A	5.334	6.637
CDC		-	N/A	-	54
Empréstimo em Dólar	CDI + 1,93% a.a.	-	N/A	-	20.523
Empréstimo em EUR	CDI + 1,64% a.a.	-	Carta de Credito Standby	16.478	-
Crédito a Exportação	CDI + 1,70% a.a. CDI + 1,93% a.a.	-	Duplicatas	8.838	-
Nota de taxa de flutuação	CDI + 1,51% a.a.	-	Duplicatas	11.091	-
Leasing IBM	6,24% a.a.	-	N/A	451	-
Notas Comerciais	CDI + 1,79% a.a.	-	N/A	9.779	-
Total do circulante				<u>165.345</u>	<u>146.437</u>
Não circulante:					
Debêntures	CDI + 2,00 a 2,50% a.a.	25.000	Duplicatas	55.892	127.398
BNDES	(TJLP + 1,50% até 2,21% a.a.) (IPCA + 1,50% até 3,41% a.a.) (SELIC + 1,70% até 2,50% a.a.)	-	Fiança bancária	7.496	10.094
Empréstimo em Dólar	CDI + 1,93% a.a.	-	Duplicatas	-	20.000
Empréstimo em EUR	CDI + 1,64% a.a.	-	Carta de Credito Standby	32.276	-
Crédito a Exportação	CDI + 1,70% a.a. CDI + 1,93% a.a.	11.250	Duplicatas	26.750	-
Nota de taxa de flutuação	CDI + 1,51% a.a.	7.000	Duplicatas	39.861	-
Leasing IBM	6,24% a.a.		N/A	978	-
Notas Comerciais	CDI + 1,79% a.a.		N/A	40.689	-
Total do não circulante				<u>203.942</u>	<u>157.492</u>
Total				<u><u>369.287</u></u>	<u><u>303.929</u></u>

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio

CDC - Crédito Direto ao Consumidor

Os empréstimos, financiamentos e debêntures tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	2019	Custos de Transações	Circulante	2020	2021	2022	2023	Custos de Transações	Não Circulante	Total
Debêntures	91.016	(494)	90.522	56.000	-	-	-	(108)	55.892	146.414
ACC	5.334	-	5.334	-	-	-	-	-	-	5.334
BNDES	3.065	(180)	2.885	3.065	3.065	1.788	-	(422)	7.496	10.381
Credito Rural	19.967	-	19.967	-	-	-	-	-	-	19.967
Crédito a Exportação	8.838	-	8.838	12.500	9.250	4.000	1000	-	26.750	35.588
Nota de taxa de flutuação	11.174	(83)	11.091	20.000	20.000	-	0	(139)	39.861	50.952
Leasing IBM	558	(107)	451	669	502	-	-	(193)	978	1.429
Notas Comerciais	9.862	(83)	9.779	13.000	12.000	8.500	7500	(311)	40.689	50.468
Empréstimo em EUR	16.510	(32)	16.478	16.170	16.170	-	-	(64)	32.276	48.754
Total	166.324	(979)	165.345	121.404	60.987	14.288	8.500	(1.237)	203.942	369.287

b. Movimentação do exercício

	Controladora e Consolidado						
	Saldo da dívida em 31/12/2017	Alterações caixa			Alterações não caixa		Saldo da dívida em 31/12/2018
		Novas captações	Pagamentos de principal	Pagamento de juros	Despesas com juros	Varição cambial e outros	
Debentures	223.007	-	(72.000)	(20.256)	15.663	-	146.414
Empréstimos e financiamentos	80.922	213.579	(77.623)	(8.154)	6.542	7.607	222.873
Totais	303.929	213.579	(149.623)	(28.410)	22.205	7.607	369.287

c. Debêntures

Debêntures – 6ª emissão

Em 11 de abril de 2017, a Companhia efetuou a 6ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações, com vencimento final em 11 de abril de 2020, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 03 de abril de 2017. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

Montante: R\$ 80.000;

Datas: (a) emissão: 11 de abril de 2017 e (b) vencimento: 11 de abril de 2020;

Amortização: semestral, com início de pagamento ao final do 12º mês, inclusive, a contar da data de emissão;

Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizadas de uma sobretaxa de 2,50%, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: os valores deverão ser pagos semestralmente, a partir da data da emissão, em outubro e abril de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 11 de outubro de 2017 e o último pagamento devido na data do vencimento.

Debêntures - 4ª emissão

Em 15 de abril de 2014, a Companhia efetuou a 4ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações, com vencimento final em 15 de abril de 2020, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 04 de abril de 2014. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

Montante: R\$ 200.000;

Datas: (a) emissão: 15 de abril de 2014 e (b) vencimento: 15 de abril de 2020;

Amortização: em cinco parcelas iguais anuais, a partir do 24º mês, contados da data de emissão;

Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra grupo*”, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizadas de uma sobretaxa de 2,0%, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: 6 parcelas anuais, com vencimentos em abril de 2015 a abril de 2020.

Cláusulas restritivas

As debêntures mencionadas anteriormente possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Os referidos índices são os seguintes:

- Manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida Consolidada pelo EBITDA, calculado conforme determinado no contrato de dívida, igual ou menor a 3,5;
- Índice de cobertura de serviço da dívida, calculado conforme determinado no contrato da dívida, maior ou igual a 1,3 vezes;
- Aplicação dos recursos do financiamento aos fins pactuados no cronograma de desembolso;
- Cumprir a execução do projeto sem paralisação culposa;
- Não ter recuperação judicial ou extrajudicial, falência decretada ou protesto de título cambial, ressalvada a hipótese de protesto indevido e/ou devidamente justificado;
- Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
- Não distribuir dividendos em montante superior ao mínimo de 35%, caso a escritura de emissão seja superior a 2,5x a partir de 01 de janeiro de 2017.

d. *Covenants*

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia está cumprindo todas as obrigações financeiras (“*covenants*”) relacionadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Materiais para Revenda	106.039	104.280	35.721	30.525
Matérias - Primas – Nacionais	13.379	10.414	19.334	20.445
Embalagens	5.694	6.408	7.030	8.395
Materiais Gerais – Manutenção	6.617	5.019	6.778	5.921
Transportes	6.414	9.392	6.724	9.839
Energia elétrica	892	1.961	894	2.072
Serviços	10.740	10.290	13.983	13.642
Outros	14	24	14	24
Total	<u>149.789</u>	<u>147.788</u>	<u>90.478</u>	<u>90.863</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui R\$ 72.114 de contas a pagar para partes relacionadas conforme demonstrado na nota explicativa 10 a. (R\$ 75.256 em 31 de dezembro de 2017).

16. Contas a pagar por operações de *Confirming*

A Companhia possui o saldo de R\$ 5.666 (R\$ 8.314 em 31 de dezembro de 2017) na controladora e R\$ 7.311 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 8.625 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado referente a operações “*confirming*” efetuados pelos seus fornecedores. As operações de “*confirming*” possibilitam que o fornecedor receba os valores em um prazo mais curto que a data de vencimento dos títulos, sendo a instituição financeira credora da operação durante esse exercício. Nessa operação o fornecedor tem uma redução de seus custos financeiros comparado ao mercado porque a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador. A decisão de efetuar *confirming* é única e exclusivamente do fornecedor que arca integralmente com os encargos financeiros da operação.

17. Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia é parte em vários procedimentos administrativos e judiciais, tributários, cíveis e trabalhistas, resultantes do curso normal dos negócios. Apoiados na opinião de advogados e consultores legais, a Administração acredita que as provisões constituídas para processos litigiosos são suficientes para cobrir potenciais perdas no caso de uma decisão judicial desfavorável.

O saldo das provisões é atualizado pelos seguintes critérios: contingências tributárias são atualizadas pela variação da taxa SELIC no exercício; cíveis pela variação do IGP-M; e trabalhistas por índice próprio, fornecido pela Justiça do Trabalho.

a. Movimentação das provisões para contingências:

Controladora	31/12/2017	Provisões	Baixas	Encargos	31/12/2018
Tributárias	3.924	1.002	(532)	266	4.660
Trabalhistas	1.171	2.641	(1.438)	154	2.528
Cíveis	4.931	69	(1.015)	342	4.327
Total	10.026	3.712	(2.985)	762	11.515

Consolidado	31/12/2017	Provisões	Baixas	Encargos	31/12/2018
Tributárias	3.924	1.002	(532)	266	4.660
Trabalhistas	1.801	3.177	(2.384)	207	2.801
Cíveis	4.931	69	(1.015)	342	4.327
Total	10.656	4.248	(3.931)	815	11.788

b. Movimentação dos depósitos judiciais:

Controladora	31/12/2017	Depósitos	Baixas	31/12/2018
Tributárias	3.641	-	-	3.641
Trabalhistas	1.310	38	(246)	1.102
Cíveis	586	17	(154)	449
Total	5.537	55	(400)	5.192

Consolidado	31/12/2017	Depósitos	Baixas	31/12/2018
Tributárias	3.748	-	-	3.748
Trabalhistas	1.685	38	(368)	1.355
Cíveis	586	17	(154)	449
Total	6.019	55	(522)	5.552

c. Abertura das principais contingências tributárias:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
ICMS Substituição Tributária	1.931	1.814
Créditos (prejuízos fiscais) (i)	2.389	1.667
Outros	340	443
Total	4.660	3.924

d. Abertura dos principais depósitos judiciais tributários:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos judiciais - Outros	(795)	(795)	(902)	(902)
Depósito judicial - PAES (i)	(2.846)	(2.846)	(2.846)	(2.846)
Total	<u>(3.641)</u>	<u>(3.641)</u>	<u>(3.748)</u>	<u>(3.748)</u>

(i) Depósito Judicial PAES. Em dezembro de 2009, a Companhia impetrou Mandado de Segurança nº 5002307.54.2010.404.7205, visando discutir a utilização de prejuízos fiscais e base negativa, adquiridos de terceiros, os quais haviam sido negados pela Secretaria da Receita Federal. Durante o 3º trimestre de 2011, a Companhia efetuou depósito judicial no montante de R\$ 2.111 (R\$ 2.846 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia obteve decisão favorável em primeiro grau, acarretando Apelação por parte da União. Com o julgamento da Apelação pelo TRF da 4ª Região, houve reforma do julgado. Tal decisão acarretaria a cobrança de parcelas consideradas atrasadas no âmbito do PAES. Desta forma, a Companhia efetuou o depósito do alegado saldo devedor, a fim de evitar sua exclusão do PAES e os procedimentos fiscais relacionados à cobrança dos valores e aguarda julgamento dos recursos extraordinário e especial apresentados. Na análise dos advogados da Companhia, os riscos de perdas são classificados como possível.

Contingências tributárias

A Companhia, durante o segundo semestre de 2010, sofreu fiscalização da Receita Federal do Brasil que resultou em auto de infração, o qual é objeto de discussão administrativa, que apontou uma exigência fiscal de glosa de despesas relativas às amortizações de ágio. O assunto está sendo discutido no Judiciário e os assessores jurídicos externos da Companhia entendem que a probabilidade de perda é possível.

A Companhia, durante o segundo trimestre de 2016, sofreu fiscalização da Receita Federal do Brasil que resultou em auto de infração lavrado em face da controlada Cremer Administradora de Bens Ltda., por meio do qual a fiscalização da Receita Federal do Brasil tratou as vendas de imóveis de sua propriedade como operações sujeitas à apuração de ganho de capital. Segundo nossos assessores jurídicos, o prognóstico é de perda possível.

Contingências trabalhistas

A Companhia e suas controladas figuram como reclamadas em diversas questões trabalhistas, movidas por colaboradores, ex-colaboradores e terceiros. Os pedidos referem-se a pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS, indenização por danos morais e materiais e verbas devidas em razão de responsabilidade subsidiária e totalizaram R\$ 2.801 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.801 em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018 são mantidos depósitos judiciais relativos às contingências trabalhistas, nos montantes R\$ 1.102 na controladora e R\$ 1.355 no consolidado (R\$ 1.310 na controladora e R\$ 1.685 no consolidado em 31 de dezembro de 2017).

Contingências cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em várias ações cíveis, no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e tem por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. A Companhia e suas controladas também possui passivo judicial relativo a cobrança de verbas relacionadas à rescisão de contratos, algumas delas já reconhecidas por decisão judicial, tendo sido interpostos os recursos cabíveis. Desta forma, por entender que os fatores de risco associados a diversos processos indicam necessidade de provisão, a Companhia e suas controladas provisionaram verbas em seu balanço, no valor consolidado de R\$ 4.327 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 4.931 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia e suas controladas possuem R\$ 449 em depósitos judiciais, para cobrir eventuais processos que estão sendo discutidos judicialmente (R\$ 586 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2017).

Perda possível

O valor total das contingências consideradas como perdas possíveis e que não foram objeto de provisionamento, estão distribuídas nas áreas tributárias, cíveis e trabalhistas, cujo montante, era de R\$ 110.139 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 154.777 em 31 de dezembro de 2017).

18. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O capital social e a quantidade de ações da Companhia modificaram-se através das seguintes mutações, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	<u>(R\$ mil)</u>	<u>Qtde de Ações</u>
Em 31 de dezembro de 2017	103.621	31.171.727
Aumento de capital com opções de ações em 01/02/2018	109	11.500
Aumento de capital com opções de ações em 04/04/2018	12.850	894.185
Resgate/Cancelamento de ações em 09/11/2018	-	(67.352)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>116.580</u>	<u>32.010.060</u>

b. Política de distribuição de dividendos

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, o percentual mínimo obrigatório de 35% sobre o lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária. O Estatuto Social faculta à Companhia levantar balanços semestrais e intermediários e, com base nestes, distribuir dividendos mediante aprovação pelo Conselho de Administração.

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	11.302	14.368
Constituição de reserva legal (5%)	(565)	(718)
	<u>10.737</u>	<u>13.650</u>
Dividendos obrigatórios (35% conforme estatuto social)	3.758	4.777
Juros sobre capital próprio declarados líquido de IRRF (atribuído a dividendos)	-	4.181
Dividendos a pagar	3.758	596

c. Reservas de lucros

Reserva legal - é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros - é destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à diferença entre o custo original e o custo atribuído “*Deemed Cost*” de certos bens do ativo imobilizado, que foi gerado pela adoção inicial dos CPC’s e do IFRS. A realização do Ajuste Avaliação Patrimonial ocorrerá através da depreciação/baixa dos bens, que é transferida para a conta de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

19. Plano de previdência privada

A Companhia e a controlada, Embramed Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, firmaram contrato de adesão aos Planos Geradores de Benefícios Livres, ou PGBL, instituídos pela Zurich Vida e Previdência S.A.. Trata-se de um plano coletivo de previdência complementar, do tipo contribuição definida, que permite a adesão de todos os colaboradores da Companhia. O custeio desse plano se dá mediante o aporte de contribuições da Companhia e dos participantes. Eventuais riscos atuariais são de responsabilidade da Zurich Vida e Previdência S.A.. O custo das contribuições das instituidoras, repassadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 657 (R\$ 819 em 31 de dezembro de 2017).

20. Plano de opções de compra de ações

Durante o exercício findo em 31 de março de 2018, dos Planos de Opções da Companhia, foram exercidas 11.500 Opções de Compra, sendo o total de novas ações emitidas, as quais foram subscritas e integralizadas, aumentando o capital social em R\$ 109, dos quais R\$ 64 foram integralizados com reservas de opções e R\$ 45 através de pagamentos pelos beneficiários.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de abril de 2018, foi aprovada a extinção do plano de opções e o período de carência para exercício de opções de compra, nos termos da notificação enviada pelo Conselho de Administração aos Participantes, em razão da transferência do controle acionário da Companhia. Com o exercício das opções de compra, foram emitidas 894.185 ações com valor patrimonial de R\$ 12.850.

O referido aumento de capital foi integralizado em moeda corrente nacional mediante pagamento pelos beneficiários do montante de R\$ 4.977 e a utilização de parte das reservas do plano no valor de R\$ 7.873. Em abril de 2018 a Companhia reconheceu no resultado do exercício uma despesa de R\$ 5.251 para compor o saldo das reservas.

21. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta	850.730	820.960	813.847	773.192
Deduções	(133.156)	(130.257)	(122.598)	(120.785)
(-) Impostos	(119.131)	(119.184)	(109.118)	(109.741)
(-) Abatimentos/devoluções	(14.025)	(11.073)	(13.480)	(11.044)
Receita líquida	<u>717.574</u>	<u>690.703</u>	<u>691.249</u>	<u>652.407</u>

22. Despesas por natureza e função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custos dos produtos vendidos	531.209	512.440	492.827	450.065
Despesas com vendas	106.034	95.626	106.455	96.152
Despesas gerais e administrativas	38.879	41.543	41.408	43.180
Total	<u>676.122</u>	<u>649.609</u>	<u>640.690</u>	<u>589.397</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo matéria prima e revendas	419.292	403.730	340.605	299.201
Despesas com pessoal	101.038	100.917	118.657	119.143
Energia elétrica	16.639	16.034	18.108	17.441
Depreciação e amortização	15.575	14.699	17.538	16.956
Serviços de terceiros	48.614	46.782	64.202	64.660
Despesas de fretes	35.860	30.854	35.860	30.854
Comunicação	2.231	2.206	2.353	2.311
Despesas com comercialização	4.650	4.959	5.252	4.983
Despesas com propaganda	7.579	6.634	7.581	6.636
Outras	24.644	22.794	30.534	27.212
Total	<u>676.122</u>	<u>649.609</u>	<u>640.690</u>	<u>589.397</u>

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Juros	7.032	7.534	8.620	8.779
Variações cambiais	14.333	1.261	14.400	1.511
Valor justo de derivativos	7.214	204	7.214	204
Descontos obtidos	327	642	515	691
Outras	(26)	(65)	(26)	(65)
Receitas financeiras	<u>28.880</u>	<u>9.576</u>	<u>30.723</u>	<u>11.120</u>
Juros	(26.958)	(39.819)	(29.564)	(41.610)
Variações monetárias/cambiais	(21.902)	(3.064)	(21.962)	(3.157)
Valor justo de derivativos	(4.986)	-	(4.986)	-
Impostos/outros	(4.295)	(7.264)	(4.340)	(7.415)
Despesas financeiras	<u>(58.141)</u>	<u>(50.147)</u>	<u>(60.852)</u>	<u>(52.182)</u>
Total líquido	<u>(29.261)</u>	<u>(40.571)</u>	<u>(30.129)</u>	<u>(41.062)</u>

24. Outras despesas e receitas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo na baixa de imóveis	(172)	(111)	(196)	(150)
Recuperação de tributos	409	1.990	640	2.239
Reversão/provisão contingências,				
despesas com indenização e processos	(3.494)	(5.533)	(4.491)	(6.308)
Despesas com honorários Advocatícios	(95)	(33)	(116)	(51)
Aluguéis	177	173	490	475
Outras receitas (despesas)	(836)	62	(1.592)	42
TOTAL	<u>(4.011)</u>	<u>(3.452)</u>	<u>(5.265)</u>	<u>(3.753)</u>

25. Instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros – valor justo

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2018 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo Amortizado				
Aplicações financeiras	159.042	94.178	193.321	116.257
Clientes	94.805	121.163	86.302	108.077
Fornecedores	(149.789)	(147.788)	(90.478)	(90.863)
Contas a pagar de operações de <i>confirming</i>	(5.666)	(8.314)	(7.311)	(8.625)
Empréstimos e Debêntures - Circulante e não circulante	(369.287)	(303.929)	(369.287)	(303.929)
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	212	204	212	204

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

O Conselho de Administração e os Diretores são responsáveis por supervisionar a gestão dos riscos que a Companhia está exposta, os quais são:

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo e é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

i. Risco de crédito:

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em

determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia possui uma carteira de clientes muito pulverizada. No quarto trimestre de 2018 foram efetuadas vendas para mais de 7 mil clientes individuais e o maior cliente representou 3,23% das receitas totais. O risco da carteira é administrado por meio de processo de concessão de crédito, bem como registrando, periodicamente, quando aplicável, provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Contas a receber

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre o contas a receber reconhecidas no resultado foram de R\$ 1.166 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 2.552 em 2017).

Uma composição do saldo do contas a receber por idade de vencimento está demonstrado na nota explicativa 5.b.

Caixa e equivalentes de caixa

O Grupo detinha Caixa e equivalentes de caixa de R\$ 196.911 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 125.152 em 2017). A Companhia tem procedimentos definidos de investimentos financeiros, que determinam em quais instituições e qual o valor máximo de aplicação podem ser realizados por instituição.

O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito.

ii. Risco de liquidez:

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' em um montante suficiente para às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do Contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à Fornecedores e outras contas a pagar.

Um demonstrativo da composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por ano de vencimento está demonstrada na nota explicativa 14.

iii. Risco de mercado:

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

- **Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio:**

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo líquido entre contas a receber e a pagar em moeda estrangeira representava R\$ 3.995, que não é considerado relevante para a Companhia.

- **Análise de sensibilidade de variações de indexadores:**

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos principais ativos e passivos financeiros que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2018, foram analisados às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (cenário provável), a Companhia entende que o impacto é irrelevante.

Operação	Risco	31/12/2018	(perdas) / ganhos financeiros				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicações Financeiras	CDI	193.321	(3.151)	(6.244)	(58)	3.035	6.128
Debêntures	CDI	(146.414)	2.387	4.729	44	(2.299)	(4.641)
		<u>46.907</u>	<u>(764)</u>	<u>(1.515)</u>	<u>(14)</u>	<u>736</u>	<u>1.487</u>
BNDES	TJLP	<u>(10.381)</u>	<u>186</u>	<u>367</u>	<u>5</u>	<u>(176)</u>	<u>(357)</u>
Indexador	CDI		4,80	3,20	6,40	8,00	9,60
	TJLP		5,24	3,49	6,98	8,73	10,47

- **Gestão do capital social:**

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

c. Instrumentos Financeiros Derivativos:

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos.

A Companhia operou com instrumentos financeiros que resultaram em um ganho líquido de R\$ 2.228 durante o exercício de 2018 (ganho líquido de R\$ 204 em 31 de dezembro de 2017) os quais foram registradas na rubrica de despesas financeiras e receitas financeiras (nota explicativa 25).

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui instrumentos derivativos vigentes, cujo valor dos contratos é de R\$ 48.754 e o valor justo líquido ativo é de R\$ 2.228 (R\$ 40.523 em 31 de dezembro de 2017).